

Economia política para trabalhadores

SOFIA MANZANO

2.ed. São Paulo: Instituto Caio Prado Jr., 2019, 300p.

Elaine Amorim*

O livro *Economia política para trabalhadores*, escrito por Sofia Manzano e publicado pelo Instituto Caio Prado Jr. em nova edição revista e ampliada, é uma introdução ao estudo da economia capitalista contemporânea. Fundamentando-se no arcabouço teórico marxista, a autora introduz os leitores no universo dos conceitos econômicos e no âmbito da Economia Política através de uma escrita didática, acessível a estudantes universitários, trabalhadores e militantes políticos. Essa é, de antemão, uma das qualidades do livro e um dos méritos da autora, cuja linguagem se distancia das abordagens que dificultam o entendimento da economia, sem incorrer em simplificações.

O livro divide-se em cinco capítulos. O primeiro explicita o significado do estudo da Economia Política como sendo o “estudo do processo de produção e das relações sociais relativas a ele” (p.17) e apresenta as características desse processo – como trabalho, divisão do trabalho, troca, mercadoria, dinheiro, capital, entre outras. Nessa apresentação a autora dá voz aos teóricos que a fundamentam em longas citações, não privando o leitor do contato com as ideias originais apresentadas por eles. Procedimento fundamental para instigar os iniciantes no estudo da Economia Política a dar um passo além: a leitura das obras propriamente ditas.

* Doutora em Sociologia pela Universidade Estadual de Campinas. E-mail: elainereginaamorim@gmail.com

O surgimento das classes sociais é uma das discussões importantes tratadas no capítulo introdutório, a partir do seguinte questionamento: por que a humanidade, depois de cerca de 80 mil anos vivendo em sociedades sem diferentes classes sociais, conformou, em determinado momento, uma sociedade com classes? A autora retoma, em sua resposta, estudos sobre a antiguidade que contribuem para o entendimento da existência de sociedades antigas, divididas em classes, exemplificando-as com os casos egípcios e mesopotâmios. O crescimento populacional, o aumento do conhecimento obtido pelas interações do homem com a natureza e, a partir disto, a divisão entre trabalho manual e intelectual, que significou uma importante transformação na divisão social do trabalho, são apresentados como os elementos que possibilitaram, sob determinadas condições históricas, naturais e sociais, a divisão da sociedade em classes.

Nessas circunstâncias, o controle do conhecimento por um grupo social passou a ser exercido como uma forma de dominação política imposta aos demais, que foram subjugados a trabalhar na produção para assegurar a sobrevivência da sociedade; os membros de cada grupo passaram a estar, portanto, “separados pela relação social de produção historicamente estabelecida” (p.37), pertencendo a diferentes classes sociais, caracterizadas “pela posição que cada um ocupa no processo de produção” (p.43).

Essa discussão é aprofundada com o exame do aparato ideológico, do poder político e do Estado, surgidos com a finalidade de assegurar a hierarquização social baseada em diferentes classes sociais e a dominação política e ideológica exercida pela classe dominante. Com base na definição do Estado como “um conjunto de regras e normas que têm por objetivo garantir o poder” (p.68), são apresentadas as principais concepções filosóficas que fundamentaram a formação do Estado moderno, isto é, do Estado burguês.

Elucidadas as noções elementares da Economia política, discute-se, no segundo capítulo, as condições históricas que possibilitaram a formação do capitalismo e as principais características desse modo de produção. Para isso, realiza-se uma contextualização histórica sobre o feudalismo e o período de transição ao capitalismo até a plena constituição deste último com o surgimento da grande indústria.

O processo de acumulação primitiva do capital é analisado detidamente. Manzano refere-se à importância que elementos de ordem política e não estritamente econômicos tiveram para o acúmulo e a concentração da riqueza em uma classe social; pois, para que o capital surgisse, foi imprescindível um “Estado forte e autoritário, que promovesse a expropriação da riqueza produzida em diversas partes da Europa e do mundo” (p.103). Disso decorre a discussão feita sobre o Estado Absolutista e o Antigo Sistema Colonial implementado no Brasil, por meio da qual se demonstra a contribuição desse sistema para a transição do feudalismo ao capitalismo e a própria colonização como resultado dessa transição (p.128).

Partindo da explicação a respeito da tendência à “concentração” e “centralização” do capital e, por conseguinte, das crises de superprodução características

do modo de produção capitalista, o terceiro capítulo examina o capitalismo monopolista e o imperialismo, especificando os processos econômicos e políticos desencadeados desde o final do século XIX até os dias atuais, que permitiram o avanço e a hegemonia do capitalismo em escala mundial. O imperialismo, considerado como uma forma de dominação política, militar e financeira, teve um papel fundamental nesse avanço, assumindo, inclusive, novas características no pós-Segunda Guerra, já que a dominação passou a não ser exclusivamente por meio do “controle político e militar direto”, mas através de “imperativos econômicos e da subordinação ao mercado, manipulado em benefício do capital imperialista” (p.188).

Nesse sentido, em contraposição à ideia segundo a qual no contexto da globalização quanto mais globalmente integrado ficasse o capitalismo, menos competição ocorreria entre os capitalistas, argumenta-se que: “A globalização, como uma forma de imperialismo, necessita da desigualdade entre as economias nacionais e regionais, pois o capital se fortalece na diferenciação da economia mundial” (p.197). A desconstrução dessa suposta colaboração entre as empresas capitalistas estende-se também à defesa de um “Estado global” no lugar de um Estado nacional (p.195-197). Como bem mostra Manzano, a competição sempre será central no capitalismo, que precisa dos Estados nacionais para assegurar a acumulação de capital e a exploração do trabalho.

Ainda nesse capítulo são abordados o surgimento do fascismo e sua relação com o capital, a configuração do Estado de bem-estar social, entre outros temas fundamentais para uma melhor compreensão dos desafios impostos, no século XXI, pelo autoritarismo neoliberal.

No capítulo quatro discute-se o surgimento e a organização dos três principais mercados do sistema capitalista – o de terras, o de trabalho e o de capitais –, necessários para iniciar um processo de produção capitalista. É demonstrado, por um lado, como a apropriação privada da terra foi um processo violento e necessário para a constituição do capitalismo e para a formação do mercado de trabalho; por outro, como se dá o funcionamento do mercado de capitais, responsável por transformar a riqueza acumulada de um determinado grupo de pessoas em capital produtivo.

A explicação desse funcionamento e da organização das estruturas produtivas e dos mercados, após a cuidadosa análise teórica realizada nos capítulos precedentes, proporciona uma abordagem ampla da organização do processo produtivo na contemporaneidade e dos seus efeitos para os trabalhadores. Abordagem que é complementada no último capítulo, com a apresentação de vários conceitos e dados importantes para a compreensão da política econômica. Política cambial, política salarial, política fiscal, déficit e dívida pública são algumas das noções discutidas de forma clara, levando o leitor a entender o papel fundamental exercido pelo Estado na economia através dos objetivos norteadores da sua política econômica.

O livro cumpre, portanto, com o seu objetivo e sua publicação ocorre em um contexto político que necessita de iniciativas editoriais dessa natureza.